

LUZ NO HORIZONTE

Plataforma em atividade:
desta vez, os leilões do
petróleo acontecem em
clima de otimismo

DIVULGAÇÃO

VAI JORRAR DINHEIRO?

A nova rodada de leilões do petróleo acende a esperança de retomada de um setor paralisado – e de alívio nas finanças públicas **THIAGO PRADO**



A DESCOBERTA de petróleo na camada do pré-sal, há dez anos, alçou o Brasil ao posto de sexta maior reserva de óleo do planeta, gerou intensa euforia no mercado e inchou ainda mais as ambições do governo comandado por um presidente Lula com altíssimas taxas de popularidade. Pena que a festa tenha durado pouco. Nos anos seguintes, três fatores fizeram diminuir rapidamente o apetite do setor petrolífero por essas reservas: a obrigatoriedade de participação na exploração dos novos campos de uma Petrobras cada vez mais combatida por escândalos, os níveis impraticáveis de conteúdo nacional e o desabamento mundial dos preços do produto.

No último leilão promovido pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), dois anos atrás, venderam-se apenas 14% das áreas disponíveis e arrecadou-se menos de um décimo do esperado, um fracasso sem precedentes. Agora, confiante na mudança da situação, a ANP prepara a reação. Até 2019, fará dez rodadas de leilões, sendo quatro ainda neste ano. A expectativa é que, no total, elas tragam investimentos de 83 bilhões de dólares para o Brasil.

Não há como ter certeza de que as projeções vão se cumprir, mas a avaliação de diversos protagonistas do mercado ouvidos por VEJA é muito mais positiva diante das mudanças implantadas pelo governo Temer, a começar pelo próprio cronograma de longo prazo. Pela primeira vez, o calendário de leilões contempla três anos: quatro concorrências agora, três em 2018 e três em 2019. Ainda neste ano, os campos do pré-sal voltam a ser ofertados, após uma única e decepcionante rodada em 2013. Em outra medida pouco usual para o Brasil, os detalhes de cada área que será vendida já estão disponíveis no site da ANP. Na gestão petista, esse tipo de informação era liberado com apenas 120 dias de antecedência, e uma canetada podia retirar áreas importantes de leilões em cima da hora. Tendo mais tempo de análise, as petrolíferas globais podem enviar especialistas ao Brasil para estudar cada área antes das ofertas. “Quanto mais previsibilidade para a indústria, mais interesse ela terá”, afirma Décio Oddone, diretor-geral da ANP.

Os novos ares no mercado petrolífero começaram a soprar em

novembro do ano passado, quando o governo sancionou a lei que extinguiu a obrigatoriedade de a Petrobras ter participação de 30% em todos os consórcios vencedores dos leilões do pré-sal. Em paralelo, as rigorosas regras de conteúdo nacional, uma queixa generalizada da indústria por engessarem sua atuação, mudaram radicalmente. Acabou-se a lista detalhada, item por item, de tudo o que tem de ser produzido no Brasil em cada bloco leiloado (em cascos de navios e tubos, por exemplo, a exigência de conteúdo nacional era de quase 100%). As normas de agora estabelecem índices para

cada etapa da exploração, mas de maneira generalizada, o que flexibiliza muito o catálogo de fornecedores, sem prejudicar a indústria nacional. Mais: o topo de exigência de conteúdo nacional por etapa caiu de 65% para 40%. “Somos todos a favor de desenvolver a indústria nacional, mas é preciso saber se determinados patama-

res são viáveis ou não”, justifica Antonio Guimarães, secretário executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP).

A ANP pretende anunciar nas próximas semanas outras duas novidades nos leilões que farão o mercado sorrir de orelha a orelha: medidas de incentivo à entrada de fundos de pensão e de investimentos nos consórcios candidatos a

explorar os campos e redução de pagamento de royalties pelas empresas em determinadas áreas do Rio Grande do Sul, do Espírito Santo, de Sergipe e de Alagoas. “Ao lado dos Estados Unidos e do Oriente Médio, temos as melhores oportunidades do

planeta nos leilões deste ano”, propagandeia Oddone. A 14ª rodada de concessões em campos tradicionais ocorrerá em setembro. A segunda e a terceira rodadas do pré-sal estão agendadas para outubro. O primeiro leilão do ano, em áreas terrestres de menor valor — batizado de “rodadinha” —, foi realizado na quinta-feira pas-

83

BILHÕES DE DÓLARES
até 2019 é a estimativa
de retorno das
concessões para a
exploração de petróleo

sada e já deu um gostinho do que virá. Arrecadou, no total, quase 8 milhões de reais, um ágio médio de cerca de 2 000% sobre o preço inicial, o maior já registrado em leilões do gênero.

A repercussão das modificações nos leilões brasileiros — e na situação do país — é perceptível. Em abril, na Offshore Technology Conference (OTC), em Houston, Texas, a maior feira mundial de petróleo, observou-se um aumento de 30% na prospecção de negócios nos estandes brasileiros. O gigante norueguês Statoil recolocou o Brasil na condição de prioridade global. Espera-se que as americanas Exxon Mobil e Chevron, ausentes do primeiro leilão do pré-sal, participem das próximas rodadas e que a holandesa Shell e a francesa Total ampliem sua ação



no Brasil. Empresas chinesas e indianas também estão pondo o país no radar de suas concorrências.

Sob nova direção, a Petrobras está se recuperando. Uma política de desinvestimento na área de biocombustíveis e petroquímica resultou, em abril, em um repasse de gasodutos para a canadense Brookfield que lhe rendeu 4,2 bilhões de reais. Outros quarenta projetos estão na fila, com expectativa de arrecadar mais de 20 bilhões de dólares. Na semana passada, a estatal pôs na lista de ativos à venda a notória refinaria de Pasadena, nos Estados Unidos, antro de corrupção desnudado pela Lava-Jato. Ativos na África também serão ofertados à iniciativa privada. A indústria do petróleo no Brasil está mudando — e a livre concorrência agradece. ■